

**Franciéle Carneiro Garcês da Silva**  
**Nathália Lima Romeiro**  
Organizadoras

**O PROTAGONISMO**  
**DA MULHER**  
**NA ARQUIVOLOGIA,**  
**BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E**  
**CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Florianópolis, SC  
Rocha Gráfica e Editora Ltda.  
2019

## **Nyota**

Coordenação do Selo

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Nathália Lima Romeiro

Site: <https://www.nyota.com.br/>

### **Comitê Científico**

Franciéle Carneiro Garcês da Silva (UFMG)	Andreia Sousa da Silva (UDESC)
Leyde Kléblia Rodrigues da Silva (UFBA)	Gláucia Aparecida Vaz (UFMG)
Graziela dos Santos Lima (UNESP)	Daniella Camara Pizarro (UDESC)
Nathália Lima Romeiro (UFMG)	Ingrid Paixão (UFBA)
Samanta Coan (UFMG)	Bruno Almeida (UFBA)

Diagramação: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Rufino Fevrier – CRB 7-6678

P967

O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação / Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Nathália Lima Romeiro (Org.) - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota)  
618 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <<https://www.nyota.com.br/>>.

ISBN 978-85-60527-15-1 (Impresso)

ISBN 978-85-60527-16-8 (E-book)

1. Mulheres. 2. Arquivologia. 3. Biblioteconomia. 4. Museologia. 5. Ciência da Informação. I. Silva, Franciéle Carneiro Garcês da. II. Romeiro, Nathália Lima. III. Título.

# QUANDO OS CAMINHOS SE ENCONTRAM: REFLEXÕES ACERCA DA MUSEOLOGIA SOCIAL E DA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL

*Gabrielle Francinne de S. C. Tanus*

## **1 BIBLIOTECONOMIA & MUSEOLOGIA: CAMINHOS INSTITUCIONAIS**

A Museologia e a Biblioteconomia, que são campos distintos do conhecimento, possuem uma trajetória em comum: primeiro, foram constituídas as instituições, museus e bibliotecas, e depois houve, em diferentes momentos, a consolidação dos campos específicos. Contudo, tais espaços do conhecimento nem sempre foram separados institucionalmente; sabe-se que a relação entre a biblioteca e o museu remonta à Antiguidade, tendo o mais clássico exemplo, a biblioteca de Alexandria e o templo das musas, *Mouseion* (morada das nove musas). Com o avançar dos séculos e, por conseguinte, as mudanças e os contextos, bibliotecas e museus passaram cada vez mais a se instituírem como locais distintos e com publicações específicas, como os manuais que, em um primeiro momento, voltavam-se para as questões práticas, da organização à gestão dos espaços, e, em um segundo momento, as publicações que buscavam demarcar os conhecimentos teóricos e a consolidação dos próprios campos. Nas últimas décadas, têm sido revelados os esforços em torno de um diálogo mais intenso entre Biblioteconomia e Museologia.

O sincretismo entre bibliotecas e museus pode ser visto também no período da Idade Média (SILVA, 2006). Pode-se dizer ainda que houve um arrefecimento dessas instituições, as quais estavam sob controle das ordens religiosas, sobretudo, as bibliotecas que passaram a ser extensões dos mosteiros e conventos, enquanto o termo museu foi pouco usado durante aquele período (JULIÃO, 2006). Na Idade Moderna, os livros e as coleções foram retomados com vigor e uma certa necessidade individual e social. O aperfeiçoamento da imprensa dos tipos móveis, por Gutenberg, no século XV, conduziu a transformação do livro manuscrito para os impressos, o que levou a um aumento significativo dos acervos das bibliotecas modernas (MARTINS, 2002). Por sua vez, com o avanço das grandes navegações e explorações, também na Idade Moderna, os objetos

de toda a ordem passaram a compor os gabinetes de curiosidades e as galerias mantidas pelos mais abastados; o que eram uma maneira de representação do conhecimento e da natureza representadas também pelas coleções científicas (JULIÃO, 2006).

A partir do aumento da complexidade institucional, as publicações relacionadas às atividades e seus fazeres se tornaram mais presentes, e se iniciaram, por sua vez, a demarcação de cada um desses campos de conhecimento; como antecedente da Museologia, as obras: *Inscriptiones vel tituli theatri amplissimi*, de 1565, de Samuel Quiccheberg, e *Museographia*, de 1727, de Gaspar F. Neickel; já para a Biblioteconomia, o marco é a obra do bibliotecário francês Gabriel Naudé, *Advis pour dresser une bibliothèque*, de 1627, assim como a obra do alemão Martin Schrettinger, de 1808, *Versuch eines vollständigen Lehrbuches der Bibliothek-Wissenschaft oder Anleitung zur vollkommenen Geschäftsführung eines Bibliothekärs*, esta que aborda a Biblioteconomia como uma ciência. Outros vários títulos publicados posteriormente por diferentes autores contribuíram para a conformação de uma Biblioteconomia pré-científica, passando pela proto-científica, até sua consolidação como científica no século XIX (TANUS, 2016).

Na Idade Contemporânea, bibliotecas e museus passaram por processos de mudanças significativas<sup>55</sup> que, em certos pontos, se aproximam, pois com a ascensão da burguesia, a defesa dos direitos do ser humano e do cidadão, assim como a busca por uma ideia de democracia, de liberdade, de igualdade e de fraternidade, tais instituições abrem paulatinamente suas portas para os cidadãos, antes restrita aos privilegiados. Burke (2012) apresenta a incorporação de acervos, por doação, compra ou mesmo por meio das pilhagens e saqueio de outros acervos, estes que eram o meio mais comum na época. Essa incorporação requeria, portanto, uma organização mais eficaz e eficiente devido ao aumento sem precedentes das coleções dessas instituições. Assim, as grandes quantidades de acervos e coleções demandavam ações de profissionais que, a partir do século XIX, passaram a se formar nas escolas superiores, abrindo os caminhos para a profissionalização e a

---

<sup>55</sup> Na Museologia as questões sobre o patrimônio assumem a tônica da discussão culminando na criação de inúmeros museus, entre eles museus nacionais, em razão da transferência dos bens do clero, da coroa para o Estado. As bibliotecas nacionais também em razão desse deslocamento passam a se instituir como responsáveis pela memória do país, da nação, bem como, pela guarda da produção bibliográfica e do controle bibliográfico nacional.

institucionalização dos campos científicos da Biblioteconomia e da Museologia.

A institucionalização dos campos do conhecimento como espaço profissional, um ofício que requer uma formação específica, começa a se difundir desde então, deixando de ser atitudes isoladas de homens eruditos, ditos “bem intencionados”, para se constituir em um espaço de formação que derivou da explícita necessidade social. No caso da Biblioteconomia, o aumento excessivo dos acervos, selva de livros, dificultava o trabalho do bibliotecário e do leitor (ORTEGA Y GASSET, 2006). Tornou-se, assim, insustentável a recuperação rudimentar da informação. Ainda na esteira do desenvolvimento das ciências, e, particularmente, com o avanço das ideias positivistas, a Biblioteconomia e a Museologia buscaram se constituir também como campos científicos, classificadas como “ciências sociais”, mesmo que ainda, naquele momento, sob uma forte influência das ciências naturais e exatas. A importância de tal proximidade reverbera na consolidação de tais ciências e na sistematização de pesquisas, com os rigores do método científico, pautado na matemática, estatística, empiria e na comprovação dos enunciados (ARAÚJO, 2014).

Ao longo do desenvolvimento, ambas, Biblioteconomia e Museologia, acabaram diluindo esse olhar positivista de um único método, do conhecimento como sendo estritamente o científico e de estudos com métodos empíricos e quantitativos, para abarcar uma variada gama de correntes e fundamentações teóricas, métodos e metodologias diferenciadas. Do mesmo modo, abarcaram sujeitos e territórios de pesquisas fincadas na abordagem qualitativa, redefinindo-as dentro de uma ciência social mais ampla e complexa. É possível perceber inclusive embates entre os objetos de estudos, tanto no campo da Biblioteconomia quanto na Museologia, expostos nas produções científicas, o que se considera salutar para o crescimento e desenvolvimento, tendo em vista que as diferenças nas ciências sociais não são um problema, mas sim uma de suas características, podendo envolver várias escolas de pensamento. Em síntese, a história das instituições e dos campos científicos ora se entrelaçam ora se afastam, mas, de fato, os caminhos da Biblioteconomia e da Museologia estão cada vez mais se aproximando, pela agenda comum das demandas de uma responsabilidade social e um pensamento crítico, expostas a partir de meados do século XX.

Nessa direção, têm sido entrelaçadas as visões de bibliotecas e de museus como instituições de cultura e/ou centros de aprendizagem capazes de promover, em certa medida, a subversão da ordem, de uma ideologia ou de um pensamento dominante. Têm possibilitado, também, o

uso, a apropriação e a transformação da informação a partir dos artefatos, sejam eles, livros, documentos ou objetos de toda ordem. Ainda, promovem o desenvolvimento por meio da experiência cultural do indivíduo; da construção do conhecimento e mudanças na vida das pessoas e da sociedade através dos questionamentos colocados e vivenciados. Inclusive há um deslocamento dos sujeitos, sejam eles nomeados de usuários ou visitantes, isto é, a entrada de indivíduos e comunidades antes marginalizados e inviabilizados pela literatura acadêmica, como, por exemplo, classes populares, minorias sociais, étnicas, de gênero, religiosas, passam a fazer parte das pesquisas e tema de investigação dentro das instituições, pelos seus profissionais, e fora delas, nos programas de pesquisa.

Assim, de uma visão fechada em si mesma, as bibliotecas e os museus, passam por uma virada institucional e epistemológica que, ao deixarem de centralizarem apenas nos objetos/acervos/coleções, edifícios/prédios/instituições, visitante/usuário, voltam-se, sobretudo, para a ampliação em torno de categorias mais amplas e abstratas. Dentre essas categorias estão conceitos como: informação, conhecimento, cultura, interação, contexto, patrimônio (material e imaterial), mediação, entre outros; o que, certamente, tocam mais a vida de sujeitos históricos que fazem usos, e, diga-se de passagem, constroem coletivamente essas instituições prestadores de serviço público. É por isso que elas devem ser voltadas para as sociedades e comunidades em geral. Em especial, sobre os museus, Poulot (2013, p. 142) revela que:

Da noção de simples de um museu como conjunto coerente de coleções, delimitadas e hierarquizadas com toda a clareza, organizadas com objetivos nítidos e unívocos, passamos no decorrer do século XX para uma imagem simultaneamente mais imprecisa e mais complexa, a serviço de uma multiplicidade de interesses divergentes, para não dizer contraditórios [...].

No âmbito na produção teórica, pode-se dizer que a aproximação dos campos científicos da Biblioteconomia e da Museologia, a partir do olhar social, tem se intensificado cada vez mais, alterando inclusive as rotinas das instituições, as práticas profissionais e as agendas de pesquisa,

assim como os eventos das áreas<sup>56</sup>. Ambos os campos passaram a se preocupar paulatinamente com o âmbito social, importância, efeitos, ações demonstradas na literatura e nos fazeres dos profissionais bibliotecários e museólogos, levando inclusive à criação, no âmbito internacional, do *Institute of Museum and Library Services*, que fomenta ações comuns e de inovação nas bibliotecas e museus. Esses campos revelam seus esforços em trazer os indivíduos para participar no desenvolvimento das comunidades e das ações biblioteconômicas e museológicas em conjunto. O contexto e o “outro” passam ser importantes na construção interna de produtos e serviços, bem como o constante apontamento da inexistência da imparcialidade e neutralidade tão propalada nesses campos científicos como forma de escamotear a perpetuação do pensamento hegemônico.

Posto isto, este trabalho de cunho qualitativo, voltado para a pesquisa bibliográfica dos campos da Biblioteconomia e da Museologia, intenta aproximar tais campos a partir da produção teórica contemporânea. As abordagens voltadas para o social podem ser vistas em profundidade nos textos de uma Nova Museologia, Museologia Social, Ecomuseologia, Museologia Ativa, Museologia Comunitária como também em uma Nova Biblioteconomia, Biblioteconomia Progressista, Biblioteconomia Crítica, Biblioteconomia Social, Biblioteconomia Revolucionária, Biblioteconomia Participativa. Busca-se, portanto, compreender as bases e as características dessa “Biblioteconomia Social” e da “Museologia Social”, visando mostrar as novas aproximações entre ambos os campos das Ciências Sociais e Humanas, como também demonstrar que alguns discursos sobre esses campos não são tão recentes. Interessa demonstrar a via de enlace e do diálogo interdisciplinar entre a

---

<sup>56</sup> Destaca-se a realização dos seguintes eventos, os quais buscam justamente estreitar os diálogos entre os campos: I Seminário Interdisciplinar de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia; Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus – Integrar; XI Encontro de Diretores e X Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul, com o tema “A Biblioteconomia em diálogo com a Arquivologia e a Museologia”; X EDICIC – Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamerica e Caribe, com o tema “Patrimônio, mediações sociais e tecnologias”; X EBAM – Encuentro Latinoamericano de Bibliotecários, Arquivistas y Museólogos, com o tema “Memória histórica e Patrimônio documental e bibliográfico: organização e preservação para impulsionar o desenvolvimento de povos e nações”, etc.

Biblioteconomia e a Museologia, partindo de um aprofundamento das questões sociais, culturais e humanas.

## 2 CAMINHOS DA MUSEOLOGIA SOCIAL

As “práticas museológicas” ou “atitudes museológicas” (GREGOROVÁ, 1990) são exercidas desde a Antiguidade, visto que a realidade patrimonial e museal antecedem a própria justificação de uma ciência museológica (FERNÁNDEZ, 2006). Ao lado dessas práticas, somam-se ainda as produções que buscavam sistematizar essas experiências desenvolvidas ao longo dos séculos, as quais constituíram as bases para a consolidação da Museologia como um campo científico no século XX. Além das produções de conhecimento escritas ao longo dos séculos, Fernandez (1999) salienta que a consolidação da Museologia, uma ciência jovem e em contínuo desenvolvimento, está relacionada com a própria crise dos museus que, a partir da Segunda Guerra Mundial, necessita se modernizar e incorporar novas tecnologias, metodologias e teorias, deixando, com isso, de ser apenas local de guarda e conservação de objetos. Essa crise dos museus se relaciona também com as mudanças técnico-científicas revolucionárias, que alteram a totalidade das realidades materiais e sociais (STRÁNSKÝ, 2008).

Desse modo, após o período da Segunda Grande Guerra, embora o museu continue sendo uma realidade múltipla, o “museu não é mais o que costumava ser” (MENSCH, 1987, p. 49). Para esse autor, as transformações estão relacionadas com as seguintes mudanças: centralização na comunidade; ampliação do conceito de objeto museológico; a tendência em preservação *in situ*; ascensão do conceito de museu descentralizado; tendência à conceitualização; racionalização do gerenciamento de museus; e musealização de instituições culturais e comerciais. Além disso, houve um crescimento vertiginoso das instituições museais de diversos tipos, o que levou à inclusão de uma série de atividades museais, suscitando, portanto, mais e novas discussões sobre os museus e sobre a Museologia (SOLA, 1990).

É neste contexto também do pós-guerra que se cria o Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1946, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em relação ao ICOM, Cerávolo (2004) salienta que essa instituição desempenhou e ainda desempenha um papel de suma importância para as instituições museais e para a Museologia por meio dos eventos, simpósios, conferências (nacionais e internacionais), oficinas, publicações, além dos

boletins e notícias do ICOM. As preocupações com o ensino e com a formação dos profissionais de museus, dispersas dentro desse conselho, passaram, a partir de 1968, a ser de responsabilidade do Comitê Internacional para Treinamento de Pessoal em Museus (ICTOP), um dos comitês temáticos do ICOM, como também em 1977 é oficializado o Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), o que facilitou e possibilitou o encontro de pessoas interessadas, anteriormente dispersas, em discutir e sistematizar o objeto de estudo, as fronteiras da Museologia e a firmar o “pensamento museológico” no plano internacional (CERÁVOLO, 2004).

Segundo Mensch (1992), os diversos entendimentos teóricos do campo da Museologia, diferenciam-se quanto à extensão do pensamento, sendo que todos eles lidam com o mesmo conjunto básico de parâmetros que são: herança cultural e natural, atividades ligadas à preservação e comunicação desta herança, o quadro institucional e a sociedade como um todo. Dessa maneira, acredita-se que esses termos representam a essência do campo científico da Museologia, o que configura, portanto, a ontologia desse campo científico. Assim, a Museologia se estrutura como uma área do conhecimento que se ocupa do estudo da relação do ser humano com o seu universo patrimonial, que se consolida através das ações museológicas e da cadeia operatória, que constituem em um conjunto de atividades amparadas nos procedimentos de salvaguarda e comunicação (BRUNO, 1996).

Segundo Bruno (1996), a cadeia operatória ou as ações se relacionam, de modo estreito, com o conceito de preservação, conceito basilar para o campo, e com seus dois eixos: salvaguarda (coleta/estudo, documentação, conservação, armazenamento) e a comunicação (exposição, projetos educativos, ação sócio-educativa-cultural, avaliação) das coleções ou referências. Essa estrutura organizacional da Museologia (fenômeno epistemológico) a conduz para uma experimentação de suas discussões teóricas, nos espaços institucionais, como o dos museus (fenômeno histórico), o que leva ao enlace dos museus e da Museologia, como “caminhos entrelaçados”, e o entendimento deste campo como uma disciplina aplicada e, necessariamente, interdisciplinar. Outra característica essencial da Museologia se relaciona com a sua capacidade de criar valores e significados, o que coloca a musealidade como outro conceito básico do campo (BRUNO, 1996).

Esse interesse da Museologia pelas instituições, objetos, patrimônio, herança e a sociedade não é exclusividade desse campo, o que propicia o contato e “olhares cúmplices” com outros campos do conhecimento, como

História Natural, Arqueologia, Etnologia, História, Arte, etc. (BRUNO, 1996). Não distante disso, Chagas (2009) afirma que a Museologia se ocupa em estudar a relação ser humano/sujeito com o objeto/cultural, por conseguinte, ela também se preocupa com o estudo sobre a memória. Assim como a memória pressupõe uma seleção, a Museologia, por meio da musealização, também exerce esse poder de escolha dos objetos que serão preservados, pesquisados e comunicados, colocando-a em contato com outros campos como da História, Psicologia, Antropologia e Sociologia.

Nessa direção, Guarnieri (2010) ressalta que outras ciências, fazendo uso de métodos específicos, ocupam-se também da relação “ser humano-realidade”, como a Filosofia e a Psicologia, e mesmo da relação do “ser humano-objeto” como a Antropologia Cultural. Entretanto, apenas a Museologia se ocupa da relação do ser humano com o objeto e a realidade em um cenário institucionalizado, o museu. Portanto, para essa autora o objeto de estudo da Museologia é o fato museal ou fato museológico, o qual se baseia no estudo da relação profunda entre o ser humano, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o ser humano igualmente pertence e sobre o qual tem o poder de agir, e que necessita de uma base institucional. Posta essa definição do objeto de estudo da Museologia, Guarnieri (2010, p. 136) salienta que o método dessa ciência deve ser interdisciplinar, pois “permite a viabilidade de uma maior consciência da necessidade de reflexão crítica contínua e constante sobre a Museologia, e sobre o papel do museólogo como trabalhador social”.

Embora, tais autores supracitados já se aproximem desse olhar social da Museologia, pode-se dizer que ainda residia o pensamento do museu como um templo, espaço sagrado e de guarda, centrado na instituição e na custódia de objetos, bem como da própria Museologia como uma arte, prática, técnica ou ofício. Essa concepção tradicional e redutora passa a ser questionada na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, onde o Museu Integral passa a ser visto como uma instituição a serviço da sociedade, da qual é integrante e que permite participar da formação da consciência das comunidades que ele serve. Além disso, esse evento apontou uma crítica da técnica e das desigualdades sociais, despertou nas instituições museais a importância da formação de equipes interdisciplinares e da abertura dos museus às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência profissional. As transformações desse pensamento ocasionaram no

movimento da “Nova Museologia”<sup>57</sup>, cujas bases são representadas pela mudança dos termos da sistematização triangular do museu tradicional: no lugar de “público, coleção e edifício”, a relação de “comunidade, patrimônio e território” para o “novo museu” (CHAGAS, 2009, p. 72).

As discussões realizadas na Reunião em Oaxtepec, México, em 1984, também criaram um espaço para a consolidação da Nova Museologia. Fernandez (1999) destaca também que, a “crise dos museus” e o espírito da “revolução romântica”, de maio de 1968, serviram como instrumentos de desenvolvimento, renovação e florescimento de novos museus e de uma Nova Museologia, que constituiu em um novo paradigma para área. Esse novo movimento intelectual, ou nova abordagem da “Nova Museologia” foi formalizado na Declaração de Quebec, de 1984, que problematiza o conceito de museu, museologia, patrimônio, ampliando-os e deslocando o objeto de estudo da Museologia da coleção e do objeto para a comunidade – campo por excelência operativo da Nova Museologia, Ecomuseologia, Museologia comunitária e da Museologia Social.

No ano seguinte, em 1985, no decorrer do 2º Atelier Internacional para a Nova Museologia, foi criado, em Portugal, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM) que promoveu a expansão da diversidade de instituições (ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança, museus de sítio, museus itinerantes, etc.), as quais se apropriam da memória e do patrimônio a favor do desenvolvimento da sociedade onde se inserem. Segundo Soares (2006), essas variedades institucionais se opõem à visão do museu tradicional, a qual se ancora no modelo constituído no ocidente ao longo do século XVIII, cuja origem se associa aos gabinetes de curiosidades e a construção de uma cultura nacional dominante e selecionada como oficial em detrimento das outras manifestações culturais.

Outro evento importante para o desenvolvimento do campo da Museologia foi a reunião “A missão dos museus na América Latina hoje:

---

<sup>57</sup> Outros acontecimentos também podem ser vistos como prenunciadores do surgimento da Nova Museologia, entre eles: as ações teóricas e práticas desenvolvidas por George Henri Rivière, Varine-Bohan e Marcel Evrard, responsáveis pela primeira experiência de um ecomuseu na comunidade urbana Le Cresout/Montceau-les-Mines, na França, entre 1971-1974. Somam-se a esse acontecimento as ações desenvolvidas no Museu Nacional do Níger, em Niamei, na Casa del Museo, no México, e nos Museus locais de Portugal. O verbete Nouvelle Muséologie escrito por André Desvallées, publicado, em 1980, na enciclopédia Universalis, suscitou a formação da associação Muséologie nouvelle et expérimentation sociale (MNES), em 1982 (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2006).

novos desafios”, realizado em Caracas/Venezuela, em 1992, que ratificou as discussões realizadas na Mesa-Redonda de Santiago e reafirmou a importância da valorização do entorno social, do papel dos museus frente à sociedade e suas transformações, assumindo uma dinâmica de mudança e protagonismo. Além disso, a partir da Declaração de Caracas, os museus tiveram evidenciadas suas relações com a comunicação, patrimônio, liderança, gestão e recursos humanos. Mais recentemente, em 2013, no Rio de Janeiro, foi realizada XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), que por meio da Declaração MINOM Rio 2013 reafirmou os princípios anunciados nas declarações de Santiago do Chile, 1972, e Quebec, 1984, e questionou acerca das hierarquias de poder, bem como destacou a valorização de várias memórias, dos saberes e fazeres referenciados nas culturas locais e nos movimentos sociais, uma explícita compreensão de que a museologia social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independentemente de sua tipologia.

O desenvolvimento e a consolidação dessa Nova Museologia ocasionaram uma dicotomia entre uma “nova” e uma “velha” Museologia. A Museologia tradicional ou a velha Museologia passou a ser caracterizada pela preocupação com o recolhimento e a conservação dos objetos e da coleção de um museu, geralmente, localizados em um edifício e com um público determinado, enquanto a Nova Museologia se ocupa das transformações sociais, do patrimônio global, de novas formas e atividades museais. Para Primo (1999), essa Nova Museologia consiste em um processo de despertar e adaptar a Museologia às questões contemporâneas e às transformações sociais, portanto, segundo ela, não se pode falar em duas Museologias, mas sim em apenas uma Museologia que mudou de paradigmas: da monodisciplinaridade à multidisciplinaridade; do público à comunidade; do edifício ao território (SANTOS, 2005).

Esses “novos museus” inseridos nessa nova filosofia, ou “sistema de valores” (SOARES, 2006) assumem um novo papel. Assim, os museus passaram a serem vistos como agências capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos para o melhor equacionamento de seus acervos de problemas. Além de preocuparem com a ampliação do acesso aos bens culturais, os museus estão, sobretudo, voltados para a socialização desses bens, serviços e informações culturais. Ainda segundo Chagas (2009), o aspecto da memória inerente aos museus, posto a sua própria origem no templo das musas, as quais são filhas de Mnemósine (deusa da memória) com Zeus (deus do poder e da humanidade), deslocam

a centralidade da memória voltada para o culto ao passado, e representado pelos museus tradicionais, celebrativos, enciclopédicos, para uma memória projetada para o futuro, colocando os novos museus e territórios como instrumentos de mudanças e desenvolvimento sociais e culturais inseridos em uma sociedade democrática.

Para além dos museus, Scheiner (2008, p. 38), dentro dos estudos das novas abordagens, amplia os estudos museológicos ao propor a Museologia como um campo do conhecimento que se “afasta da ideia e da imagem do museu-espaco-objeto, para entender o museu para além de seus limites físicos e o patrimônio nas suas dimensões materiais ou imateriais”. Assim, o estudo do fenômeno museu e das diferentes aplicações à realidade confere a esse campo diversos olhares sobre as visões de mundo e dos grupos sociais, o que tem conduzido o desenvolvimento de estudos sob uma abordagem transdisciplinar a partir de contribuições da Sociologia, História, Geografia física e humana, Arte, Filosofia e Estudos Culturais (SCHEINER, 2009).

Considera-se que os entendimentos sobre a Museologia e os campos com os quais se relaciona não é algo unânime entre a sua comunidade; todavia, a proposta de uma “Museologia Social”<sup>58</sup> se encontra bem consolidada e difundida nas diversas publicações científicas, em especial, no periódico “Cadernos de sociomuseologia” editado em Portugal desde 1993, com o primeiro volume intitulado “Sobre o conceito de Museologia Social”, como também nos periódicos “Museologia e patrimônio” e “Museologia e interdisciplinaridade”, editados no Brasil, como em outros veículos de comunicação (nacional e internacional). O principal evento do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINON), segue em curso na sua XIX edição (ano 2018-19), realizada em Bogotá na Colômbia, com o tema: “*Museos, derechos culturales y nuevas ciudadanías: hacia una democracia radical, el agenciamiento del patrimonio cultural dentro de las lógicas de los bienes comunes*”. Em síntese, a Museologia Social, uma divisora de águas, marca presença institucional e epistemológica em uma direção contrária ao pensamento tradicional, hegemônico, ortodoxo, acrítico, que se afasta da comunidade, concentra-se no museu (instituição) e nos objetos, na ideia de uma única memória e na manutenção de poder de uma classe dominante.

---

<sup>58</sup> A perda de potência da expressão ‘nova museologia’ contribuiu para o fortalecimento e a ascensão especialmente após os anos de 1990, da denominada museologia social ou sociomuseologia (CHAGAS; GOUVEIA, 2014).

### 3 CAMINHOS DA BIBLIOTECONOMIA SOCIAL

A origem da Biblioteconomia está associada aos registros do conhecimento, o que conduziu a uma necessidade da criação de bibliotecas para o seu armazenamento. As bibliotecas primitivas remontam à Antiguidade, momento este que se denomina como Biblioteconomia pré-científica, já que as preocupações eram da ordem prática e se voltavam para dentro do espaço da biblioteca, as quais armazenavam as tabuinhas de argila, papiro e pergaminho. Esse primeiro momento da Biblioteconomia, da Antiguidade até a Idade Média, é marcado pelas práticas exercidas nas primeiras bibliotecas, as quais eram imbuídas do espírito conservacionista, cujas atividades eram vistas como arte ou ofício, não havendo, portanto, uma preocupação de ordem teórica e uma produção sistemática sobre os conhecimentos biblioteconômicos (PULIDO; MORRILAS, 2006; TANUS, 2016).

Com a imprensa, no século XV, a produção de livros assumiu gradativamente o caráter de impresso e de produto mercantil. A quantidade excessiva de livros conduziu a uma necessidade de organização desse conhecimento acumulado durante os séculos, de forma que poderia ser nomeado de época dos catálogos e das classificações (ARAÚJO, 2014). Assim, esse período proto-científico da Biblioteconomia marcou os traços daquilo que se poderia delinear como conhecimento específico da Biblioteconomia, marcada por uma produção em contínuo desenvolvimento, bem como uma preocupação com os “acervos do conhecimento” e sua organização. Desse modo, a passagem do livro manuscrito para o impresso somada à necessidade de organizar segundo técnicas específicas se configurou como o segundo momento na história da Biblioteconomia, que se estendeu durante toda a Idade Moderna.

Ao longo desses séculos, foi possível perceber a constante preocupação com a organização dos saberes refletidos na construção de catálogos de bibliotecas, inventários, listas, repertórios bibliográficos (impressos ou manuscritos), isto é, bibliografias especializadas ou temáticas, gerais, nacionais, internacionais, analíticas, críticas ou descritivas, e organizadas em ordem alfabética, cronológica ou sistemática (MALCLÈS, 1962). Uma vasta criação sobre a produção do conhecimento – registros das atividades tipográficas e intelectuais – foi realizada, gerando um campo chamado Bibliografia. Malclès (1962) defende a origem da bibliografia com a obra do beneditino e polímata Johann Tritheim, de 1494, sendo visto como “decano dos bibliógrafos”, abrindo caminho para Konrad

Gessner que compilou a primeira bibliografia universal: *Bibliotheca universalis*, em 1545.

O uso efetivo da palavra “bibliografia” se deu no título de uma produção que apareceu pela primeira vez na obra *Bibliographia política*, de Naudé, escrita em 1633, na intenção de demonstrar que aquela obra continha uma lista de títulos de livros. Louis Jacob também publicou duas obras, cujos títulos continham a palavra bibliografia, *Bibliographia pontificia* e a *Bibliographia Gallica Universalis*, ambas no século XVII (MORALES LÓPEZ, 2008). Considera-se que o campo da Bibliografia possui estreita relação com o campo da Biblioteconomia, não sendo desejáveis delimitações muito rígidas, pois, em ambas, é notável a preocupação com a organização dos saberes manifestada por meio da produção dos catálogos, bibliografias e atividades que visam à organização do conhecimento por meio dos repertórios da produção bibliográfica feitos por bibliotecários e bibliógrafos.

Outro nome que se destaca na história do desenvolvimento da Biblioteconomia é o de Gabriel Peignot que publicou o livro *Dictionnaire raisonné de bibliologie*, em 1802, obra que, segundo Saldanha (2015, p. 143) pode ser “compreendida como um dos pioneiros discursos epistêmicos gerais na tentativa de afirmação de um campo científico orientado às práticas de preservação, organização e disseminação dos saberes registrados”. Contudo, tanto a Bibliografia como a Bibliologia não alcançaram *status* de cientificidade ou independência, sendo consideradas auxiliares da Biblioteconomia ou da Documentação (campos que se consolidaram no século XIX), tendo esta última, precursores como Paul Otlet e La Fontaine.

No final do século XIX, os belgas foram responsáveis pela criação do Instituto Internacional de Bibliografia, Repertório Bibliográfico Universal, Classificação Decimal Universal (CDU), criação da cidade do conhecimento “*mundaneum*”, entre outras ações. O registro do pensamento acerca da Documentação pode ser conferido na obra *Traité de Documentation*, de 1934, que expõe a base teórica e prática da Documentação, trazendo o conceito de documento, de suma importância para o deslocamento do objeto livro para o documento na Biblioteconomia. A retomada das discussões acerca da Documentação tem conduzido o movimento dos “Neodocumentalistas”, destacando as produções de Jose López Yepes, Javier Lasso de La Veja, Robert Estivals, Jean Meyriat, Ronald Day, Boyd Rayward, Bernd Frohmann, Marilda Ginez de Lara, Cristina Ortega, Gustavo Saldanha, etc.

Em meio ao desenvolvimento da Documentação na Europa, as bibliotecas nacionais e as bibliotecas públicas também assumem um protagonismo em recorrência da Revolução Francesa e Revolução Industrial. As grandes coleções dos reis passaram a ser geridas pelo Estado, como também o crescimento das atividades industriais ocasiona uma demanda pelas bibliotecas no sentido de manter a ordem social e possibilitar, por meio da educação, a formação de uma mão de obra especializada (MUELLER, 1984). Para Moreiro González (2005), o livro, nesse momento, passou a ser sentido como uma necessidade social vinculada à ideia de democracia, esta que para existir implica justamente no acesso à informação, à educação e à cultura. Nesse sentido, não se concebia o livro como um instrumento de ornamentação para os ricos ou como ferramenta de trabalho dos eruditos e sim como elemento fundamental da transformação de uma sociedade marcada pelo antigo regime em uma sociedade iluminada pela luz da razão.

É atribuído a esse momento também a cisão entre os bibliotecários que se voltaram para a biblioteca pública, a cultura e o livro, e aqueles bibliotecários que estavam preocupados de modo mais específico com o crescimento documental e as informações, os quais se aproximavam dos documentalistas, sendo nomeados de bibliotecários-especializados. Essa diferença levou a criação da *Special Library Association* (SLA), em 1909, uma separação da primeira associação bibliotecária criada nos Estados Unidos, a *American Library Association* (ALA), de 1876.

Somados aos acontecimentos históricos do século XIX, é importante destacar também a exaltação da Ciência Moderna, que passou a ser a forma legítima de obtenção de conhecimento mediante o uso de métodos e técnicas advindas das ciências exatas e naturais, reverberando na Sociologia, em um primeiro momento, com o Positivismo. Esse modelo de ciência comum que privilegiava a busca de regularidades dos fenômenos, estabelecimento de leis, ideal matemático e intervenção na natureza, por meio de processos técnicos e tecnológicos, expandiram-se pelas Ciências Sociais e Humanas (ARAÚJO, 2014). Desse modo, a Biblioteconomia de disciplina “auxiliar” de outros campos passou a ser uma “ciência positiva”, voltada para a sua autonomia no rol das ciências e com enfoque específico de desenvolvimento de técnicas de tratamento dos acervos que custodiavam.

O desenvolvimento da cientificidade da Biblioteconomia teve como grande contributo a Escola de Chicago, nos Estados Unidos, ao longo das décadas de 1920-30, que ampliou o escopo temático e implantou uma agenda de pesquisas na área no âmbito da pós-graduação. A preocupação

com a teoria e a filosofia da Biblioteconomia foi um ponto importante para o deslocamento da centralidade de questões práticas para as questões teóricas a partir das pesquisas. Dentre os expoentes da Escola de Chicago está Pierce Butler que publicou, em 1933, o livro *Introduction to librarianship*, considerado uma das primeiras exposições acerca da Biblioteconomia como uma ciência. Contudo, apesar da presença positivista e funcionalista na produção dos autores dessa Escola, ainda é possível creditar a consolidação de base teórica, metodológica e epistêmica da Biblioteconomia a partir dos escritos de Lester Asheim, William Frederick Poole, Jesse Hauk Shera, entre centenas de outros autores que defenderam suas teses de doutorado conforme arrolou o documento "*Library Science Dissertations: 1925-60*".

A partir de um desses estudos, Shera (1977) salientou a relação da epistemologia social com a Biblioteconomia, tendo em vista que ambas se preocupavam com o conhecimento, em especial, esta última com a máxima utilização dos registros gráficos em meio a uma complexa organização social. A reponsabilidade social do bibliotecário em servir a sociedade, segundo esse autor, é explicitada, sendo ele "[...] o supremo ligador do tempo, e a sua disciplina é a mais interdisciplinar de todas, pois é a ordenação, relação e estruturação do conhecimento" (SHERA, 1977, p. 11). O autor também chama atenção para a necessária construção dos fundamentos teóricos, "sem os quais a biblioteconomia deixa de ser uma profissão para tornar-se um pouco mais que uma simples atividade comercial" (SHERA, 1977, p. 12). Embora, sua produção caminhe na direção de um certo funcionalismo, de funções bem estabelecidas, as quais as bibliotecas e bibliotecários deveriam seguir para ainda manter uma espécie de ordem social, a exposição acerca da responsabilidade social, da importância da base teórica, do deslocamento do conhecimento para a linguagem, o coloca como um precursor de um olhar mais social da Biblioteconomia.

Em meio ao crescente caos documentário, outro autor recorrentemente lembrado dentro da Biblioteconomia é José Ortega y Gasset (2006), que realizou a abertura do II Congresso Internacional de Bibliotecas e Bibliografias, realizado em 1935, Madrid/Barcelona. Este autor reforçou que a questão da cultura no século XIX se tornou um problema do Estado, e reconheceu também o livro e o bibliotecário como uma necessidade social. Ademais, por conta do crescimento demasiado da produção de livros, interpõe-se uma nova missão do bibliotecário que, segundo esse autor, seria a função de filtro entre a torrente ou selva de livros e o leitor. Ainda na década de 1930, o indiano Ranganathan expôs as

cinco leis da Biblioteconomia no livro "*The Five Laws of Library Science*" (1931), a saber: 1) os livros são para usar; 2) a cada leitor seu livro; 3) a cada livro seu leitor; 4) poupe o tempo do leitor; 5) a biblioteca é um organismo em crescimento (RANGANATHAN, 2009). Este autor propõe, portanto, a espiral do conhecimento como um método científico, assentando a Biblioteconomia dentro do rol das ciências sociais.

No campo da Biblioteconomia, em que historicamente o profissional se voltou mais para a prática e para o labor profissional do que para as discussões de cunho mais abstrato, ou mesmo teórico-filosófico, os textos de fundamentos publicados revelam uma carência de produção teórica da área. Morales López (2005) diz que, desafortunadamente, muitos dos bibliotecários com alta formação acadêmica estão limitados aos processos exclusivamente técnicos, não questionando o que fazem e, aqueles que pretendem questionar, esbarram-se na barreira de excesso de trabalho, que os impossibilita de uma dedicação à reflexão teórica. Nessa mesma direção, Mostafa (1980), após analisar a produção científica brasileira e latinoamericana referente à Biblioteconomia e a Ciência da Informação, do ponto de vista temático e metodológico, declarou que predominaram, naquele momento, os estudos voltados a uma racionalidade interna aos serviços, procurando aumentar a eficiência funcional das bibliotecas e dos serviços de informação.

É justamente essa fragilidade de uma produção teórica, somado a um constante isolamento de bibliotecas e bibliotecários para as questões sociais – culminada na preocupação excessiva de bibliotecários em voltar-se para o fazer técnico, imbuídos de um discurso de neutralidade, objetividade, imparcialidade das atividades, produtos e serviços – que a Biblioteconomia por meio de um pensamento crítico começa a revelar a fragilidade do campo. Vergueiro (1988, p. 207) expõe que:

A biblioteconomia não é neutra ou simplesmente um conjunto de técnicas desvinculadas da sociedade em que ocorrem. É necessário aos bibliotecários brasileiros procurar caminhos para uma nova prática bibliotecária, que responda melhor às necessidades de um país subdesenvolvido.

Nos escritos de Almeida Júnior (1997) é constante também essa reflexão de que a técnica não deve prevalecer sobre as relações sociais e humanas. A mediação deve consistir no foco da Biblioteconomia para além da informação registrada como objeto de estudo. Ainda destaca que a

importação de serviços e instrumentos, de outros países, sem uma criticidade e adaptação ao contexto, esvazia a importância e a responsabilidade social de bibliotecas e bibliotecários.

Esse apontamento sobre a fragilidade da Biblioteconomia no país passa a ser discutido com mais vigor no período de redemocratização, isto é, após a ditadura civil-militar. Vieira (1983, p. 81) cita vários eventos ocorridos na década de 1980, com os seguintes temas: transferência da informação em um mundo desigual; papel político do profissional da informação; biblioteca como suporte à educação permanente, os quais apontam para uma “nova biblioteconomia”, isto é, um caminho de mudança. Souza (1993) adverte que é necessária a compreensão da realidade para a efetivação do bibliotecário na sociedade como agente de transformação, assim como da biblioteca como agente de mudanças institucionais e sociais onde se insere. Reflexão também compartilhada pelas autoras Cysne (1993) e Targino (1997), que destacam a práxis, a relação teoria e prática, com vistas ao pensamento crítico e a transformação social e democratização da informação.

Civallero (2013), no âmbito internacional, também reforça que os anos de 1980-1990 foram importantes para a discussão da emancipação e justiça social, destacando diversas outras designações: biblioteconomia crítica, biblioteconomia ativista, biblioteconomia socialmente responsável, biblioteconomia radical, biblioteconomia militante, biblioteconomia crítica, entre outros. E todas essas “etiquetas” são uma maneira de distinção radical de uma biblioteconomia conservadora, tradicional, alienada tanto nas práticas quando no plano teórico. Francisco das Chagas de Souza (2001, p. 5) defende o uso de Biblioteconomia com a possibilidade de diferentes designações: biblioteconomia gerencial; eletrônica; técnica; industrial, em saúde, e “Biblioteconomia Histórica e da Sociedade (para formar bibliotecários vocacionados para o trabalho com os pesquisadores atuantes em instituições de pesquisa históricas, sociológica e de Letras e Artes)”; “Biblioteconomia Social (para formar bibliotecários vocacionados para o trabalho em dinamização pedagógica de bibliotecas escolares e públicas)”.

Esse uso de “Biblioteconomia social” por Souza (2001) configura na literatura biblioteconômica brasileira como uma primeira manifestação, embora predomine a ideia de que o social esteja vinculado apenas às bibliotecas escolares e públicas, o que limita a configuração da “Biblioteconomia Social”, como é necessário hoje, apontado no estudo realizado neste capítulo. O uso, por Souza, de tais designações para possíveis habilitações do curso de Biblioteconomia chama atenção devido

ao fato de a “Biblioteconomia Social” e a “Biblioteconomia Histórica e Sociedade” serem então dissociadas das demais biblioteconomias acima referidas, quando deveriam estar imbricadas com todas as outras possíveis configurações. De fato, a utilização do termo “Biblioteconomia social” na produção científica da Biblioteconomia e Ciência da Informação não teve, desde a primeira aparição, continuidade na literatura da área.

Em pesquisa, Catia Lindemann (2014), demonstrou que os termos “Biblioteconomia Social”, “*Social Librarianship*” e “*Bibliotecología Social*”, recuperam trabalhos que não continham explícito tais termos. Dos trabalhos recuperados pelo sistema como sendo referentes a esses termos, nenhum dos 50 identificados, entre artigos, teses e dissertações, trazia explícito o uso dessas palavras-chave. Entretanto, ainda segundo Lindemann (2014, p. 41), “analisando o universo do texto, foi possível constatar que o foco se encontrava na envergadura dos dez textos selecionados e que faziam menção ou abordagem sobre Biblioteconomia Social”.

Advoga-se, aqui, também a favor do uso “Biblioteconomia social”, como uma forma de demonstrar um caminho oposto de uma Biblioteconomia tradicional, conservadora e elitista, pautada em técnicas amorfas. As produções esparsas acerca da responsabilidade social, ética, mediação, processos ideológicos, questionamentos acerca do tecnicismo, embora tenham marcado presença em alguns textos e autores, ainda não são suficientes para operar uma mudança efetiva no plano do pensamento e das ações das(os) bibliotecárias(os). A timidez da Biblioteconomia do ponto de vista teórico e prático em expor a “Biblioteconomia social”, ainda demonstra a importância de ressaltar aos olhos o social em uma expressão, que à primeira vista poderia parecer redundante, sabendo que a Biblioteconomia é uma ciência social. O desconforto em se manter as bases conservadoras, de uma Biblioteconomia esvaziada de afetos, significados e laços sociais com a comunidade, levou a precisa demarcação em conjunto da “Biblioteconomia social”, “Biblioteconomia progressista” (CIVALLERO, 2013; DÍAZ-JATUF, 2013) e a “Nova biblioteconomia” (LANKES, 2014).

Civallero (2013) cita que o uso do termo não é novo, tendo sido utilizado por bibliotecários progressistas membros da ALA, que, em 1939, criaram o *Progressive Librarians’ Council*, como modo de agrupar pessoas que compartilhavam dos mesmos pontos de vista. Essa “nova” Biblioteconomia reforça o comprometimento com a prática e com a teoria, isto é, com a práxis, constituindo um caminho oposto de um fazer tradicional e conservador. Ademais, cumpre ressaltar a *Conference of progressive librarians*, em Viena, 2000, que deu origem ao documento

*“Preliminary Statement of Uniting Principles”*, o qual estabeleceu 10 pontos de integração para bibliotecários progressistas no projeto que envolve os seis continentes em prol de uma Biblioteconomia comprometida.

No Brasil, o uso do termo “Biblioteconomia Social” assume um protagonismo tardio, sinalizando uma mudança de direção da Biblioteconomia em prol de um envolvimento social, inserção nas comunidades, e não mais afastada em uma realidade externa ou escondida apenas nos procedimentos técnicos de organização e tratamento da informação. Essa produção de uma “Biblioteconomia social” assume, portanto, um destaque a partir do 27º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação (CBBB/2017), que trouxe explícito o uso de “Biblioteconomia social”, no eixo 4: “Bibliotecas para todos”, nos diversos trabalhos apresentados. As produções circunscrevem um olhar diferenciado da instituição biblioteca e do bibliotecário(a), que tem reforçado seu papel social na sociedade.

A biblioteca, não mais como um depósito, mas como uma potente ferramenta que pertence a todos igualmente, devendo se engajar na descolonização do saber, na luta pela igualdade, justiça social, solidariedade e dignidade da pessoa humana, que são direitos humanos. Partindo do conhecimento e do compromisso social, os bibliotecários assumiriam a tarefa de atuar junto aos usuários, imbuídos, portanto, de um pensamento autônomo, crítico e responsável, reforçando a responsabilidade social da Biblioteconomia. A Biblioteconomia social não deve ser confundida com assistencialismo; na verdade, por meio das práticas informacionais essa Biblioteconomia possibilitaria um caminho de superação dessa ideia assistencialista, constituindo-se, portanto, em “práticas de liberdade e ação libertadora”, e não em ações momentâneas ou pontuais, mesmo que estas possam ser realizadas por pessoas bem-intencionadas em ajudar o outro.

Em suma, a Biblioteconomia, sendo uma ciência social, precisa se voltar verdadeiramente aos indivíduos e ao social, questionando os problemas e temas que lhes são próprios, que ficaram em segundo plano ao longo de sua história. Assim, torna-se importante a manifestação das suas vertentes críticas tais como a Biblioteconomia crítica, progressista, social, nova, que são faces desejadas de uma outra Biblioteconomia. Essas diferentes abordagens podem ser vistas como resultado de um pensamento contemporâneo, como se propõe pensar aqui, e mesmo que elas tenham sido tratadas em outros momentos da Biblioteconomia, elas não se constituíam, naqueles momentos, em um caminho sólido, mas sim

tratavam de ações tímidas, esparsas, relacionadas às ações individuais de alguns bibliotecários e não como um campo que assume a responsabilidade social, integrando-se aos sujeitos informacionais.

Na produção dessa Biblioteconomia Social entram em cena as temáticas anteriormente relegadas, apagadas, como, por exemplo: bibliotecas públicas, bibliotecas prisionais, bibliotecas indígenas, bibliotecas comunitárias, bibliotecas populares, ações de mediação, contação de história, política pública, empreendedorismo social, incentivo à leitura, empoderamento, democracia, cidadania, comportamento crítico da informação, usuários de diferentes grupos, etnia, gênero, etc.

#### **4 QUANDO A MUSEOLOGIA E A BIBLIOTECONOMIA SE ENCONTRAM**

As múltiplas designações indicam, de algum modo, a potência criativa, a capacidade de invenção e reinvenção dessas experiências e iniciativas, e evidenciam a disposição para driblar e resistir às tentativas de normatização, estandardização e controle perpetradas por determinados setores culturais e acadêmicos. Essas museologias [e Biblioteconomias] indisciplinadas crescem de mãos dadas com a vida, elaboram permanentemente seus saberes e fazeres à luz das transformações sociais que vivenciam como protagonistas, por isso mesmo é no fluxo, no refluxo e no contrafluxo que se nomeiam e renomeiam, se inventam e reinventam, permanentemente. (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 16).

Após os referidos momentos pré e proto-científico, a Museologia e a Biblioteconomia passaram a configurar no rol das ciências, cada uma com seus princípios teóricos, conceituais, metodológicos, sendo que a distinção ou a especialização de seus saberes reside no plano epistemológico e institucional. Interessante perceber que o movimento de afastamento do contexto, das realidades sociais, ocorreu tanto no âmbito dos museus quanto no das bibliotecas, em que seus respectivos campos do conhecimento se ocuparam de problemas da ordem técnica, de organização de acervos pelo menos até o século XX. Embora, ainda seja possível dizer que os procedimentos técnicos prevalecem como uma espécie de “núcleo duro” na Biblioteconomia com bem mais intensidade do que para a Museologia.

A Museologia, após a Segunda Guerra Mundial, entrou numa “crise epistemológica”, a qual a fez incluir em suas discussões a questão dos sujeitos em seus processos, sua relação com os patrimônios, buscando uma nova maneira de pensar e agir, fora dos discursos totalizantes, criticando a ideia de neutralidade, imparcialidade e objetividade. Já com a Biblioteconomia, essa crise não operou uma modificação mais intensa, tendo agregado outras discussões como a introdução com a Ciência da Informação.

Se a Biblioteconomia e Museologia são Ciências Sociais, elas devem ter como visão o sujeito e suas relações sociais, e isso deveria ter sido interesse desde sua constituição científica; contudo, de modo contraditório, elas acabaram se afastando desse social, voltando-se para o desenvolvimento e aprimoramento da técnica.

Na Museologia a mudança ocorreu por meio do movimento de uma Museologia Social, que expôs este “social”, passando a questionar e mudar o rumo da história dos museus, do patrimônio e de seu próprio caminho. A afirmação teórica e prática de uma nova ética, de uma descolonização tanto política quanto cultural, conduz a uma reformulação dos saberes e dos fazeres da Museologia, enquanto a Biblioteconomia desperta mais lentamente para o social indo em rumo para a consolidação de uma “Biblioteconomia social”. Acredita-se, então, que uma “revolução do pensamento” pautado pela visibilidade do social foi posta nos dois campos científicos.

Dito isto, a Biblioteconomia social e a Museologia social deverão se comprometer com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate ao racismo e preconceito; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade humana e social; com o acesso à informação e às tecnologias de informação e comunicação; com a utilização do poder das múltiplas memórias, do patrimônio cultural (material e imaterial) a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo LGBTQI+, o MST entre outros; realizando, assim, a inclusão de vozes e acervos que foram excluídos em razão da autoria, temática, suporte e/ou formato. Enfim, se para a Museologia Social o desenvolvimento teórico e prático desse campo se encontra mais consolidado, sendo inclusive representada pela triangulação dos elementos: “comunidade, patrimônio e território” para o “novo museu”, sugere-se, aqui, que a relação entre os elementos: “Sujeito informacional / Recursos informacionais / Comunidades discursivas” sejam postos como centrais dentro desta outra Biblioteconomia: a Biblioteconomia Social.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 9, p. 9-33, 1996.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BUTLER, Pierce. **Introdução à ciência da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.
- CALERO, María Jesús Morillo. Hacia una biblioteconomía responsable socialmente. **Ponto de Acesso**, v. 2, n. 1, p. 9-33, 2008.
- CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 237-268, jun./dez, 2004.
- CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.
- CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, p. 43-81, jun. 2009.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). **Cadernos do CEOM**, Santa Catarina, v. 27, n. 41, p. 09-22, 2014.
- CIVALLERO, Edgardo. ¿Qué es labibliotecología progresista?: Una aproximación básica. **El Profesional de La Informacion**, Buenos Aires, v. 22, n. 2, p. 155-162, 10 mar. 2013.
- CYSNE, Fátima. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza: UFC, 1993.
- DÍAZ-JATUF, Julio. Bibliotecología Social: aportes a la lectura y escritura dentro de las prácticas sociales. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL CÁTEDRA UNESCO, 7., 2013, Córdoba. **Anais...** Córdoba: UNESCO, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 2008.

FERNANDEZ, Luis. **Museologia y museografía**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

FONSECA, Edson Nery da (Comp.). **Bibliografia brasileira de documentação: 1811-1960**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1960.

GREGOROVÁ, Anna. A discussão da museologia como disciplina científica. **Cadernos museológicos**, n. 3, p. 07-12, out., 1990.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. Sistema da Museologia. In: BRUNO, Maria Cristina (Coord.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010. p. 127-136.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. **Planteamientos teóricos de la museología**. Gijón: Trea, 2006.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. **Caderno de diretrizes museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, 2006.

LANKES, David. **Expect more: melhores bibliotecas para o mundo complexo**. Trad. Jorge do Prado. São Paulo: FEBAB, 2016.

LINDEMANN, Cátia. **A busca pela Biblioteconomia Social por meio da Ciência da Informação**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014.

MALCLES, Louise Noelle. **La bibliographie**. 2. ed. Paris: Press Universitaires de France, 1962. 134. p.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita** [...]. São Paulo: Ática, 2002.

MENSCH, Peter Van. **Towards a methodology of museology**. 1992. 68 f. PhD thesis (Museology) - University of Zagreb, 1992.

MORALES LÓPEZ, Valentino. **La bibliotecología y estudios de la información: análisis histórico-conceptual**. Mexico, D.F.: El Colegio de México, 2008.

MOREIRO GONZÁLEZ, José Antonio. **Conceptos introductorios al estudio de la información documental**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2005.

MUELLER, Suzana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 13, n. 1, 1984.

- ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 16, p. 5-38, 1999.
- PULIDO, Margarita Pérez; MORILLAS, José Luis Herrera. **Teoría e nuevos escenarios de la Bibliotecología**. 2. ed. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.
- RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- SALDANHA, Gustavo. A posição da bibliografia na epistemologia de Peignot no setecentos. **Informação & Informação**, v. 20, n. 2, p. 143-167, 2015.
- SANTOS, Maria Célia. O Enquadramento teórico da Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 23, p. 95-115, 2005.
- SCHEINER, Tereza. Museologia ou Patrimoniologia reflexões. *In*: GRANATO, Marcus (Org.). **Museu e Museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 43-59.
- SHERA, Jesse H; EGAN, Margaret. Exame do estado atual da biblioteconomia e documentação. *In*: BRADFORD, Samuel Clement. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SILVA, Armando. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.
- SOLA, Tomislav. Contribuições para uma possível definição de museologia. **Cadernos museológicos**, n. 3, p. 73-77, out. 1990.
- SOUZA, Francisco das Chagas de. **Biblioteconomia, educação e sociedade**. Florianópolis: UFSC, 1993.
- STRÁNSKÝ, Zbynek Z. Sobre o tema "Museologia – ciência ou apenas trabalho prático"? **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2008.
- TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. **Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. 2016. 233 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TARGINO, Maria das Graças. Práxis bibliotecária. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 26-33, jan./dez. 1997.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro. Biblioteconomia e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 207-215, jul./dez. 1988.

VIEIRA, Anna da Soledade. Repensando a biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 81-85, 1983.